

## ENTRE O COCO E O FUTURO, DESAFIOS DA SUCESSÃO GERACIONAL NO EXTRATIVISMO DO BABAÇU

### BETWEEN THE COCONUT AND THE FUTURE: THE CHALLENGES OF GENERATIONAL SUCCESSION IN BABASSU EXTRACTIVISM

Manuel Fábio Matos Barros<sup>1</sup>  
Maria José de Souza Barbosa<sup>2</sup>

**Área Temática 01: Desenvolvimento Rural Sustentável, Dinâmica Territoriais e Conhecimentos  
Tradicionais**  
**Modalidade: Artigo Científico**

#### Resumo

O presente artigo possui caráter ensaístico orientado por enfoque qualitativo de natureza exploratória e encontra-se ancorado uma pesquisa bibliográfica e documental. Procura-se com essa abordagem analisar os desafios enfrentados pelas comunidades de quebradeiras de coco babaçu, especialmente, no contexto da crise de sucessão geracional, particularmente quando se reduz o interesse das jovens, em continuar a atividade extrativista. Destaca-se a importância histórica, social, econômica e ambiental dessas mulheres na preservação dos territórios e na sustentabilidade do extrativismo do babaçu, atividade que se constitui como fonte vital de subsistência. Contudo, a invisibilidade econômica, a desvalorização simbólica, a ausência de políticas públicas específicas e os conflitos fundiários ameaçam a continuidade dessa prática tradicional. Nesse contexto, evidencia-se a crise de sucessão é agravada pela falta de oportunidades, pela insuficiência de suporte institucional e pelo avanço do agronegócio, devido a deflorestação e com isso o cercamento dos babaçuais. As principais considerações do artigo ressaltam que a crise de sucessão geracional no extrativismo do babaçu é um fenômeno multifacetado, resultado de fatores econômicos, socioculturais e institucionais, as quais dificultam a permanência da juventude nas comunidades tradicionais. Destaca-se que a atividade, embora fundamental para a reprodução socioeconômica e cultural dessas comunidades, vem perdendo atratividade devido à invisibilidade. A continuidade do extrativismo depende da implementação de ações integradas, que envolvam fortalecimento de políticas de formação, valorização dos saberes tradicionais, maior reconhecimento institucional e incentivo ao protagonismo juvenil. O artigo, desta forma, se constitui como uma denúncia em relação à perda da biodiversidade dos saberes tradicionais vinculados a essa atividade. Finalmente, destaca-se a necessidade de fortalecer o protagonismo juvenil e a articulação social para garantir a sustentabilidade da cultura, da economia e do território das quebradeiras do babaçu.

**Palavras-Chave: Desenvolvimento territorial sustentável. Extrativismo. Juventude rural. Quebradeiras de coco babaçu. Sucessão geracional.**

#### Abstract

This article adopts a qualitative approach, with an exploratory and descriptive focus, and is based on bibliographic and documentary research. It analyzes the challenges faced by coconut

<sup>1</sup> Instituto Federal do Pará; manuel.fabio@ifpa.edu.br

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará;

breakers' communities in Brazil, with emphasis on the generational succession crisis, which has been reducing young women's interest in continuing the traditional babassu coconut extractivism. The study recognizes the historical, social, economic, and environmental importance of these women in preserving traditional territories and ensuring the sustainability of babassu-based livelihoods — an activity that constitutes a vital source of income, cultural identity, and political resistance. However, the continuation of this practice is threatened by several interconnected factors. These include the economic invisibility of the babassu production chain — often ignored by official statistics — the symbolic devaluation of extractivist labor, the lack of specific public policies for rural youth, and intense land conflicts driven by the expansion of agribusiness and the fencing off of babassu groves. These dynamics have made extractivism less attractive to the younger generations, contributing to its progressive abandonment. The research highlights that generational succession in agro-extractive communities is a multifaceted phenomenon that requires a comprehensive understanding of the economic, sociocultural, and institutional dimensions that influence whether young people remain in or leave their territories. Drawing on authors who study rural youth, agricultural succession, and traditional economies, the article argues that the continuity of extractivism depends on integrated actions, including the valorization of traditional knowledge, the strengthening of technical training policies and contextualized education, the institutional recognition of coconut breakers' roles, and the promotion of youth leadership within community organizations. As recommendations, the study proposes the inclusion of coconut breakers' histories and experiences in local school curricula, support for the formation of young community leaders, and the expansion of articulation between social movements, universities, and public institutions. Ultimately, it reinforces that ensuring generational succession in babassu extractivism is essential not only for maintaining an economic activity, but also for safeguarding a way of life rooted in forest stewardship, women's solidarity, and the defense of common goods.

**Key words: Babassu coconut breakers. Extractivism. Generational succession. Rural youth. Sustainable territorial development.**

## 1. Introdução

O extrativismo do coco babaçu constitui, há gerações, a base econômica, social, cultural e ambiental de centenas de comunidades localizadas nas regiões de transição entre a Amazônia, o Cerrado e o Semiárido, especialmente, nos estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí. Nesse contexto, destaca-se a atuação das quebradeiras de coco babaçu, mulheres que historicamente protagonizam práticas de uso sustentável da floresta e de resistência frente à expropriação de seus territórios e saberes. Ao longo das últimas décadas, essas mulheres construíram um movimento social de grande relevância, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), por meio do qual elas têm reivindicado o direito de acessar os babaçuais, a valorização do trabalho extrativista e o reconhecimento de seus modos de vida como legítimos e produtivos.

Dentre as estratégias políticas do MIQCB, destaca-se a mobilização para a criação das chamadas Leis do Babaçu Livre<sup>3</sup>, aprovadas em diversos municípios e alguns estados, com o objetivo de garantir o acesso livre aos babaçuais, mesmo em áreas de propriedade privada. Essas leis, embora importantes como instrumentos de reconhecimento institucional, enfrentam resistências jurídicas e sociais, revelando a tensão entre o direito à propriedade privada e os direitos culturais e territoriais das populações tradicionais. A judicialização dessas normas, a falta de fiscalização e o desrespeito cotidiano, por parte de proprietários, impõem limites à efetividade dos direitos conquistados, exigindo do movimento uma atuação constante nos campos político e jurídico.

Paralelamente às disputas legais, outro aspecto central tem sido subestimado nas políticas públicas: a economia invisível do babaçu. Como demonstra Porro (2019), os produtos derivados do coco babaçu — como óleo, carvão, farinha, sabão e artesanato — têm expressiva relevância econômica nas comunidades agroextrativistas, embora não sejam plenamente reconhecidos pelas estatísticas oficiais. O desconhecimento do valor total dessa cadeia produtiva impede que as políticas públicas considerem o extrativismo como uma estratégia viável de desenvolvimento rural sustentável, comprometendo seu fortalecimento.

Nesse cenário, emerge um problema estrutural que merece atenção: a sucessão geracional nas comunidades de quebradeiras de coco. A dificuldade de permanência da juventude no extrativismo revela não apenas uma crise de transmissão de saberes, mas também o esgotamento das condições objetivas que garantiriam a continuidade dessa cultura e economia. O desinteresse das novas gerações está associado à ausência de oportunidades, ao acesso limitado à educação contextualizada, à falta de infraestrutura e à desvalorização simbólica das práticas extrativistas, frequentemente vistas como atrasadas ou pouco rentáveis.

<sup>3</sup> **Lei do Babaçu Livre:** Trata-se de um conjunto de legislações municipais e estaduais que asseguram o acesso livre das quebradeiras de coco babaçu aos babaçuais, mesmo quando localizados em propriedades privadas. Essas normas são fruto da articulação política do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e têm por objetivo garantir o uso comum dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais. As leis proíbem a derrubada de palmeiras, o uso de agrotóxicos nas áreas de babaçuais e o cercamento que impeça a circulação das extrativistas, reconhecendo juridicamente os costumes e práticas coletivas dessas mulheres. Segundo Shiraishi Neto (2021), tais normas materializam uma forma de juridicidade popular construída a partir das práticas sociais e da luta política dessas comunidades, o que insere a Lei do Babaçu Livre no campo do pluralismo jurídico e da defesa dos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais. NETO, Joaquim Shiraishi (org.). **Leis do babaçu livre:** práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas. São Luís: MIQCB; UEMA; UFMA, 2021.

Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo geral analisar os desafios da sucessão geracional entre as quebradeiras de coco babaçu, considerando os fatores socioculturais, econômicos e institucionais que influenciam a permanência (ou não) dos jovens nas atividades extrativistas. Como objetivo específico, busca-se identificar os principais fatores que contribuem para o afastamento das juventudes das atividades extrativistas do coco babaçu, com base em dados e análises de estudos sobre juventude rural e sucessão no campo.

A sucessão geracional nas comunidades de quebradeiras de coco babaçu constitui hoje um dos principais desafios à continuidade do extrativismo como prática econômica, cultural e ambientalmente sustentável. A observação empírica de territórios onde o babaçu historicamente estruturou os meios de vida e a organização social revelou a crescente ausência de jovens interessadas em dar continuidade a esse modo de vida. Esse fenômeno, cada vez mais presente no cotidiano das comunidades agroextrativistas, põe em risco não apenas a reprodução econômica da atividade, mas também a transmissão intergeracional de saberes tradicionais, formas de organização social e estratégias coletivas de resistência.

Essa problemática se insere diretamente nas áreas temáticas da extensão universitária, especialmente no eixo que articula Desenvolvimento Rural Sustentável, Dinâmicas Territoriais e Conhecimentos Tradicionais. A atividade extrativista do babaçu, tal como praticada pelas quebradeiras, é expressão concreta de um modelo de desenvolvimento rural que valoriza a relação equilibrada com os ecossistemas, a autonomia das comunidades locais e a preservação da biodiversidade. Ao mesmo tempo, o esvaziamento das juventudes nesses territórios evidencia uma dinâmica territorial de enfraquecimento das bases sociais que sustentam essa economia tradicional.

A extensão universitária, ao se comprometer com o diálogo de saberes e com o fortalecimento das populações do campo, da floresta e das águas, deve assumir como prioridade a escuta e a valorização dessas práticas em transformação. Assim, com base na extensão universitária técnico-profissionalizante apresenta-se o resultado de uma ação engajada e com o compromisso de contribuir com o debate sobre os fatores que dificultam a permanência dos jovens no extrativismo e dos caminhos possíveis para sua reinvenção.

Ao abordar a crise de sucessão entre as quebradeiras de coco babaçu, este artigo insere-se no esforço de dar visibilidade a formas de vida que resistem às lógicas hegemônicas de desenvolvimento, propondo uma reflexão crítica sobre o papel das políticas públicas, da

universidade e da própria sociedade no reconhecimento e na valorização dos conhecimentos tradicionais.

Nesse sentido, articula-se o debate sobre os princípios da extensão universitária ao promover, não apenas ações acadêmicas sobre o tema, mas também a reflexão coletiva sobre os desafios enfrentados pelas comunidades agroextrativistas, diante da invisibilidade econômica, da fragilidade institucional e do desinteresse das novas gerações. É, portanto, a partir dessa vinculação que se estrutura a exposição subdividida na compreensão sobre a mobilizando de conhecimentos científicos e empíricos, na análise do tema em discussão que se encontra conectado com os desafios contemporâneos do desenvolvimento rural sustentável e das dinâmicas socioterritoriais brasileiras.

## 2. Metodologia

A pesquisa para a realização deste artigo partiu da observação empírica de comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu, uma realidade cada vez mais evidente em termos da ausência de jovens interessadas em dar continuidade esse tipo de práticas extrativistas. A partir dessa constatação, buscou-se compreender os fatores que contribuem para a crise de sucessão geracional no extrativismo do babaçu e suas implicações sociais, econômicas e políticas, cujo lócus de pesquisa se deu com um coletivo de mulheres durante atividades de formação e planejamento para o ano de 2025 da Cooperativa Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – CIMQCB<sup>4</sup>, ligadas ao MIQCB nas regionais<sup>5</sup> do Estado do Pará<sup>6</sup> na cidade de São Domingos do Araguaia e Estado do Tocantins<sup>7</sup>, na cidade de São Miguel do Tocantins, na Região do Bico do Papagaio.

<sup>4</sup> A **Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (CIMQCB)** é uma organização de grupos produtivos comunitários formados por mulheres que coletam e processam o coco babaçu nos estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Piauí. A CIMQCB foi fundada em 2009 e está sediada em São Luís, Maranhão. Para saber mais sobre a CIMQCB, acessar: < <https://miqcb.org.br/cooperativa/>>.

<sup>5</sup> Cada estado onde o MIQCB atua possui uma regional, exceto o estado do Maranhão que possui três. Para saber mais sobre as regionais do MIQCB, acessar: < [<sup>6</sup> A Regional Pará é composta pelos municípios de Itupiranga, São Domingos \(sede administrativa do MIQCB e CIMQCB\), Brejo Grande e São João do Araguaia, Itupiranga e Palestina do Pará.](https://miqcb.org.br/regionais/#:~:text=%20REGIONAIS.%20%20IDEFLOR.%20%20Floresta%20Baba%20C3%A7u.></a>></p>
</div>
<div data-bbox=)

<sup>7</sup> A Regional Tocantins é composta pelos seguintes municípios: São Miguel do Tocantins (sede administrativa do MIQCB e CIMCB), Sítio Novo do Tocantins, Axixá do Tocantins, Praia Norte, Itaguatins, Araguatins, Augustinópolis, Buriti do Tocantins e Esperantina.

A chamada região ecológica dos babaçuais abrange áreas dos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, totalizando cerca de 25 a 27 milhões de hectares cobertos por palmeiras de babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng), que nascem espontaneamente em florestas secundárias e são fundamentais para a biodiversidade local e o equilíbrio climático (Instituto socioambiental, 2015). Essa região é habitada majoritariamente por comunidades rurais, indígenas, quilombolas e assentadas da reforma agrária, cuja sobrevivência está ligada, também ao extrativismo do coco babaçu, contudo, nos últimos anos a disputa por esses espaços está sendo travada com fazendeiros e criadores de gado além de plantadores de florestas de eucalipto e/ou de culturas de exportação como soja e outros grãos.

Assim, procurou-se apoiar em método qualitativo, com enfoque exploratório, mas antes realizou pesquisa bibliográfica e documental, buscando referência teórica que tratasse de práticas extrativistas, a exemplo das quebradeiras de babaçu, além de leituras de relatórios de organizações sociais, legislações específicas, como as Leis do Babaçu Livre, dados do Censo Agropecuário (IBGE), além de publicações institucionais produzidas por movimentos sociais, especialmente, pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

A revisão de literatura contemplou autores e autoras que discutem a sucessão geracional no campo, como Abramovay (1997;1998), Sabourin (2011) e Maluf (2017), tendo por base analisar a experiência de extrativismo de base comunitária, uma economia invisível dos povos tradicionais, como mostra por Porro (2019) ao se referir às estratégias jurídicas e de resistência do MIQCB, além de Shiraishi Neto (2006;2020), Barbosa (2007) e Barbosa (2023). Paralelamente, a análise documental buscou identificar elementos normativos, institucionais e simbólicos, que influenciam o afastamento da juventude das práticas extrativistas, bem como, avaliar as respostas políticas e sociais existentes — ou ausentes — diante dessa realidade.

Ao aliar esses procedimentos à observação de campo pode-se cotejar à realidade dessas mulheres extrativistas com a leitura teórica e as informações obtidas na análise de documentação institucional, e deste confronto entre teoria e empiria teve uma visão crítica sobre os desafios dessas mulheres, particularmente, quando se verificou um hiato em termos da continuidade das atividades desenvolvidas nas comunidades agroextrativistas, no que se refere à passagem da práticas intergeracional dos saberes e da resistência das quebradeiras de coco

babaçu. No item seguinte procura-se mostrar as reflexões decorrentes do movimento de apreensão da realidade observada.

### 3. Resultados/Discussões

O extrativismo do babaçu, realizado majoritariamente por mulheres, conhecidas como quebradeiras de coco, constitui uma atividade de subsistência e geração de renda, além de representar um modo de vida tradicional. Estima-se que mais de 300 mil mulheres estejam envolvidas nessa prática, que vai desde a coleta até o beneficiamento artesanal do coco, gerando produtos como óleo, sabão, carvão e farinha do mesocarpo (Silva et al., 2019). Assim, apesar de sua importância econômica e ecológica, essa atividade é historicamente invisibilizada pelas políticas públicas e ameaçada pelo avanço do agronegócio, da pecuária extensiva e da monocultura de soja e eucalipto, que promovem o desmatamento e o cercamento dos babaçuais (Mesquita, 2008).

Nesse contexto de conflitos fundiários, exclusão social e devastação ambiental que surgiu, no início da década de 1990, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), organização articulada por mulheres dos diferentes estados onde ocorrem essas práticas. As mulheres quebradeiras de coco babaçu, diante da omissão do Estado e da violência no campo, decidiram se unir para garantir o livre acesso aos babaçuais, pois a preservação das palmeiras e o reconhecimento de seus direitos, como povo tradicional (Actionaid, 2015), era condição de suas próprias condições de vida vinculada à floresta.

O MIQCB nesse sentido, consolidou-se como um dos principais movimentos socioambientais da Amazônia Legal, articulando ações políticas, jurídicas e formativas em defesa da autonomia das mulheres e da sustentabilidade dos territórios, na medida que se constitui como uma das mais importantes articulações sociopolíticas de mulheres extrativistas no Brasil. Sua origem remonta às mobilizações das décadas de 1980 e 1990, quando as quebradeiras de coco dos estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí passaram a se organizar diante da intensificação dos conflitos fundiários, da privatização de terras tradicionalmente utilizadas para o extrativismo e da crescente destruição dos babaçuais por grandes empreendimentos agropecuários e madeireiros.

O MIQCB foi oficialmente fundado em 1991, durante o I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, realizado no Maranhão, que representou um marco da identidade coletiva das mulheres quebradeiras de coco, e na construção de uma agenda política própria, voltada à garantia do acesso aos recursos naturais, à proteção do modo de vida tradicional e à valorização do trabalho das mulheres extrativistas (MIQCB, 2022).

Desde então, o MIQCB tem pautado reivindicações por direitos territoriais, políticas públicas específicas e reconhecimento sociocultural. Um dos marcos de sua atuação foi a proposição e defesa da chamada Lei do Babaçu Livre, que garante o direito de acesso das quebradeiras aos babaçuais localizados em propriedades privadas, assegurando o uso tradicional e sustentável da palmeira, uma legislação aprovada em diferentes municípios.

Esse movimento também desempenhou papel central na criação de territórios de uso coletivo, como a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, fruto de uma longa trajetória de mobilizações comunitárias (Melo, 2022). Além da luta por terra o MIQCB atua na formação política das mulheres, no fortalecimento de cadeias produtivas do babaçu e na construção de alternativas de renda que dialogam com os princípios da economia solidária e da agroecologia.

Ao longo de mais de três décadas de existência o MIQCB se tornou referência nacional e internacional, na articulação entre justiça ambiental, equidade de gênero e direitos territoriais. Sua trajetória expressa a força e a articulação das mulheres do campo, na defesa do desenvolvimento sustentáveis e socialmente justo (Melo, 2022).

A institucionalização das Leis do Babaçu Livre e as práticas jurídicas do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) refletem um esforço político de base comunitária, para garantir o acesso aos babaçuais e preservar os modos de vida das mulheres extrativistas. Contudo, para além da dimensão legal é fundamental considerar os impactos econômicos reais dessa atividade na vida das comunidades, especialmente, aqueles que permanecem invisíveis aos instrumentos oficiais de mensuração.

Porro (2019) demonstra que a economia do babaçu vai muito além da comercialização da amêndoa, pois é frequentemente considerada como o único indicador de valor extrativista nas estatísticas públicas. Em estudo realizado com mais de mil domicílios de comunidades agroextrativistas no Médio Mearim, Maranhão, o autor estima que a produção total de derivados do babaçu — incluindo óleo, leite, carvão, farinha, sabão, cosméticos e artesanato —

movimenta aproximadamente R\$ 100 milhões anuais, valor significativamente superior ao registrado pelos sistemas formais. Essa "economia invisível", sustenta milhares de famílias, garantindo segurança alimentar, geração de renda e manutenção de práticas culturais associadas ao uso sustentável da floresta.

A dimensão econômica invisibilizada e as práticas jurídicas impulsionadas pelo MIQCB evidenciam lacunas estruturais em termos de políticas públicas de apoio, apesar das conquistas legislativas, em âmbito municipal e estadual, como as Leis do Babaçu Livre. A ausência de reconhecimento do valor ampliado do babaçu compromete a formulação de políticas integradas de desenvolvimento territorial e conservação ambiental. Em outras palavras, as leis que asseguram o acesso a esse recurso extrativista precisa ser acompanhadas de políticas que reconheçam sua complexidade econômica e a centralidade desta atividade nos meios de vida das comunidades agroextrativistas.

Nesse contexto, o reconhecimento dos direitos territoriais das quebradeiras de coco e o fortalecimento do uso sustentável dos babaçuais devem ser compreendidos como parte de uma agenda mais ampla de justiça social e ambiental. A luta pelo “babaçu livre” não é apenas uma reivindicação de acesso à terra, mas também uma afirmação de práticas alternativas de desenvolvimento, baseados na autonomia comunitária, na diversidade produtiva e na convivência respeitosa com os ecossistemas locais. Para que esses modelos se consolidem, é imprescindível que o Estado reconheça e valorize todos os produtos e saberes associados ao babaçu, rompendo com a lógica redutora que privilegia apenas os indicadores de mercado tradicionais.

Assim, a valorização da economia invisível do babaçu, em articulação com as estratégias jurídicas do MIQCB, aponta para a necessidade de políticas públicas integradas, que considerem simultaneamente os direitos territoriais, a sustentabilidade ambiental e a centralidade das mulheres extrativistas na construção de alternativas para o desenvolvimento dos territórios de floresta.

Apesar da importância social, econômica e ambiental do babaçu para milhares de famílias agroextrativistas, observa-se atualmente um problema geracional crescente, no interior das comunidades tradicionais, isto é, a redução do interesse da juventude pela continuidade das atividades extrativistas, especialmente, a coleta e o beneficiamento do coco babaçu. Esse fenômeno configura uma crise de sucessão que ameaça a transmissão intergeracional de

saberes, práticas produtivas e identidades culturais historicamente construídas em torno da palmeira.

A juventude das comunidades onde ocorre o extrativismo do babaçu tem sido cada vez mais atraída por outras formas de inserção socioeconômica, geralmente, associadas a atividades urbanas, ao emprego formal ou à migração para centros urbanos. Assim, vê-se que a ausência de políticas públicas de apoio o trabalho extrativista, portanto, que promovam o reconhecimento social, tem levado a se incentivar processos de inovação produtiva, como a introdução de técnicas de valorização cultural da atividade, sob o risco do afastamento dos jovens do território e da tradição.

Esse quadro revela uma contradição fundamental, pois enquanto os movimentos sociais como o MIQCB lutam pelo reconhecimento dos direitos territoriais e pela valorização do babaçu, como base de resistência e autonomia, as condições objetivas para a reprodução desse modo de vida permanecem frágeis, dificultando sua continuidade pelas novas gerações, particularmente quando se verifica a precariedade da infraestrutura, a escassez de incentivos econômicos e a invisibilidade do extrativismo, nos currículos escolares locais acentuam a sensação de desvalorização dessa prática social pela juventude.

### *3.1 Desafios à sucessão geracional na prática extrativista do babaçu*

O desafio à sucessão geracional no extrativismo do babaçu exige políticas integradas que articulem educação contextualizada, acesso a tecnologias apropriadas, fortalecimento das cadeias produtivas e reconhecimento simbólico e material, do papel da juventude no futuro desse território. A permanência dos jovens no extrativismo não deve ser uma imposição, mas uma possibilidade digna, valorizada e estrategicamente apoiada pelo Estado e pela sociedade.

Essa realidade não é exclusiva das comunidades de quebradeiras de coco babaçu. A dificuldade de sucessão geracional, nas atividades do campo, é um fenômeno amplamente observado em diferentes contextos rurais do Brasil e da América Latina.

Conforme aponta Abramovay (1997), a juventude rural historicamente esteve ausente das políticas de desenvolvimento agrário e raramente foi considerada como sujeito portador de direitos e de projetos próprios. Essa exclusão gerou, por um lado, um sentimento de

desvalorização do mundo rural e, por outro, o incentivo à migração como única via de mobilidade social possível.

Dados recentes do Censo Agropecuário (IBGE, 2017) confirmam essa tendência, indicando um envelhecimento progressivo da população rural e a redução do número de jovens envolvidos diretamente nas atividades produtivas da agricultura familiar e do extrativismo. Essa mudança demográfica ameaça a continuidade de práticas tradicionalmente baseadas no conhecimento acumulado e na relação com o território.

Sabourin (2011) observa que a sucessão geracional no campo depende de uma série de fatores socioculturais e institucionais, como o reconhecimento das identidades juvenis, o acesso à terra, à educação de qualidade, ao crédito e às tecnologias adequadas à realidade local. Quando esses elementos estão ausentes, os jovens passam a associar o trabalho rural a condições de precariedade e a falta de perspectivas de futuro.

Maluf et al. (2017), por sua vez, destacam que a permanência dos jovens no campo está diretamente relacionada à capacidade das políticas públicas de promover condições de vida dignas, perspectivas de autonomia econômica e valorização simbólica das atividades produtivas. No caso do extrativismo do babaçu, essa valorização passa pela superação da invisibilidade econômica dos produtos não contabilizados, pela garantia de acesso aos recursos naturais e pela inserção ativa das juventudes nos espaços de decisão comunitária e política.

A crise de sucessão entre as quebradeiras de coco babaçu, portanto, não é apenas um reflexo da migração rural-urbana, mas um sinal de que o extrativismo tradicional precisa ser apoiado e reinventado, com a participação ativa dos jovens, como agentes de continuidade e inovação. Sem esse investimento geracional, a luta histórica travada pelo MIQCB corre o risco de perder sua base social, que sustenta sua legitimidade e o futuro do uso sustentável dos babaçuais torna-se incerto.

Saraiva et al. (2025), ao pesquisarem a RESEX do Extremo Norte do Tocantins, evidenciam um padrão recorrente, ou seja, que a maioria das entrevistadas permanece ativa na atividade extrativista, mesmo após alcançar a aposentadoria. Essa continuidade revela não apenas a necessidade de complementação de renda, mas também o vínculo cultural profundo que essas mulheres mantêm com o babaçu. Como relatado por uma entrevistada mostra a necessidade de manutenção da atividade em função do fato dos valores recebido pela aposentaria não garantir sua sobrevivência: “Tenho meu aposento, mas quando preciso de um

dinheiro extra quebro coco” (Extr.T\_11), essa fala sintetiza a resiliência das mulheres mais velhas que se veem obrigadas a dar continuidade nas atividades extrativista, como condição precária de sua renda mensal.

Nos relatos das mulheres quebradoras de coco babaçu não foi possível identificar a participação de jovens nessa atividade, indicando uma possível ruptura na transmissão intergeracional dos saberes vinculado a essa prática extrativista. A ausência mostra que as estratégias de incentivo a permanência da juventude rurais no trabalho vinculado às cadeias extrativistas, representa uma ameaça à sustentabilidade do modo de vida das quebradeiras de coco babaçu.

Os autores analisados sobre a discussão da sucessão geracional reforçam que a manutenção das práticas extrativistas, à exemplo das mulheres quebradeiras idosas, torna-se urgente, pois não havendo políticas públicas específicas essa atividade tende ao desaparecimento, visto que à juventude não deseja manter-se em formas de trabalhos penosos e precários, como nessa atividade extrativista. Assim, discussão sobre a sucessão geracional e familiar, nas atividades agrícolas, precisam ser acompanhadas de políticas de educação do campo, a fim de criar novas oportunidades de trabalho, mesmo que estas estejam vinculadas às atividades econômicas e culturais de seus familiares, haja vista a criação de oportunidades quanto à verticalização da produção para agregação de valor, redução do trabalho penoso, além da implantação de infraestruturas de acessibilidade, em termos da sociedade digital, a fim de adequar e inovar os modos e vida no campo, questões essas que se mostram necessárias em termos de reflexão da manutenção de práticas extrativistas, como das mulheres quebradeiras de coco babaçu.

Abramovay (1998) argumenta que a sucessão na agricultura familiar não pode ser compreendida apenas como uma transferência de bens ou de trabalho, mas como parte de uma “ética da comunidade”, em que o pertencimento ao território e a continuidade da atividade agrícola, são sustentados por valores simbólicos e vínculos sociais. Para ele, a permanência dos jovens no campo depende da valorização da atividade rural, como projeto de vida digno e reconhecido socialmente, o que exige políticas públicas que fortaleçam a identidade camponesa e deem sentido à permanência, como a formação técnica e profissional capaz de alterar essa realidade de precarização de vida no campo, por ausência de condições de bem estar social, portanto, de vida digna.

Esse raciocínio se aplica diretamente ao extrativismo das quebradeiras de coco babaçu, cuja prática é marcada por laços comunitários, saberes tradicionais e resistência cultural, embora suas condições de trabalho sejam extremamente precárias, o que leva a recusa da juventude em permanecer no campo, mesmo quando as promissas de vida na cidade não sejam alcançadas.

Assim, como na agricultura familiar discussão sobre a sucessão entre gerações não se dá automaticamente, pois precisa ser considerada a partir de diferentes dimensões, portanto, cultivada por meio do reconhecimento do valor simbólico do babaçu, mas também na visibilidade dessas atividades das quebradeiras associadas às condições de vida e de bem estar social, como sujeitos políticos podem criar condições socioeconômicas e culturais, para que os jovens vejam no extrativismo um futuro possível e desejável.

Oliveira e Vieira Filho (2018) destacam que a sucessão nas fazendas familiares é um processo complexo, que envolve a transmissão de ativos, saberes e responsabilidades, e que está profundamente entrelaçado com os objetivos da família e do negócio. Eles enfatizam que a transição geracional exige planejamento, diálogo e políticas que garantam a viabilidade econômica da unidade produtiva, além de reconhecimento social da atividade rural, como profissão legítima.

No caso das quebradeiras de coco, esse entrelaçamento entre família, território e atividade produtiva também é evidente, mas a continuidade desse tipo de extrativismo depende, sobremaneira, não apenas da transmissão de técnicas de quebra e beneficiamento, mas da valorização do modo de vida quebradeiro, como legítimo e estratégico, em que o trabalho penoso e árduo possam ser substituídos por equipamentos adequados e que gerem renda necessária e capaz colocá-los na condição de exercício de um trabalho digno.

Assim como nas fazendas familiares, a sucessão no extrativismo exige políticas públicas, particularmente de educação com formação técnica e profissionalizantes, além das infraestruturas como estradas vicinais e transportes de qualidade, infovias que lhes possibilitem o acesso às condições de bem estar social, assegurando renda, acesso à terra e reconhecimento institucional, além de espaços de formação e protagonismo para a juventude.

Coelho et al (2016) analisam as tendências da sucessão familiar na agricultura do Rio Grande do Sul, destacando fatores como gênero, escolaridade, renda e pluriatividade. Eles observam que a permanência dos jovens no campo está diretamente ligada à atratividade da

atividade rural, que por sua vez depende de políticas públicas, acesso a mercados e valorização simbólica da agricultura familiar como espaço de inovação e pertencimento.

Na análise do trabalho do extrativismo do babaçu a juventude enfrenta dilemas semelhantes, ou seja, falta de renda, invisibilidade social e ausência de políticas específicas de valorização de suas condições de vida e de bem estar social, seja em simbólicos e materiais, a da atividade extrativista — como prática ancestral, ecológica e coletiva — é fundamental para que os jovens se reconheçam como herdeiros legítimos desse modo de vida, assim como na agricultura familiar, em que a necessidade de políticas públicas os tornem sujeitos de uma prática extrativista atrativa, viável e respeitada, porque superado o trabalho penoso e precário.

Silva e Palmeira (2020) abordam a sucessão como parte da reprodução social da agricultura familiar, destacando que a permanência dos jovens no campo depende de reconhecimento, pertencimento e perspectivas de futuro. Eles argumentam que a sucessão não é apenas uma questão de herança, mas de construção de sentido e identidade, o que exige políticas públicas que dialoguem com os projetos de vida da juventude rural.

Esse entendimento é essencial para compreender os desafios enfrentados pelo MIQCB à sucessão entre as quebradeiras de coco, não se limita à continuidade da prática extrativista, mas envolve a formação de novas lideranças, o fortalecimento da identidade coletiva e a construção de um futuro possível nos territórios tradicionais, assim como na agricultura familiar, onde a sucessão exige políticas que reconheçam os jovens como sujeitos de direitos e protagonistas da transformação social.

A sucessão familiar e a formação de novas lideranças requerem ações concretas, como acesso à educação contextualizada, valorização dos saberes tradicionais, inclusão produtiva juvenil e fortalecimento de arranjos locais de comercialização, tendo em vista que a continuidade do extrativismo não depende apenas da conservação ambiental, mas da vitalidade social dos territórios e da permanência das juventudes no campo como sujeitos de direitos.

A manutenção do modo de vida extrativista nos territórios tradicionais da Amazônia Legal está diretamente relacionada à capacidade de transmissão dos saberes entre gerações.

No caso das quebradeiras de coco babaçu essa sucessão envolve não apenas a reprodução de técnicas produtivas, mas também a perpetuação de valores culturais, identitários e políticos construídos historicamente. O extrativismo é, nesse sentido, muito mais do que uma

atividade econômica: é uma forma de existência profundamente ligada ao território e à memória coletiva.

Essa lacuna levanta um alerta para o risco de descontinuidade da cadeia extrativista e para o esvaziamento cultural de territórios historicamente organizados em torno do babaçu. Frente a esse cenário, a sucessão geracional torna-se um elemento estratégico não apenas de preservação cultural, mas de soberania social e ambiental.

Reconhecendo essa realidade, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) tem atuado de forma incisiva na valorização das juventudes rurais. O movimento incorporou em seu Planejamento Estratégico 2023–2028 a formação de jovens lideranças como eixo estruturante, promovendo intercâmbios intergeracionais, oficinas de comunicação popular, educação ambiental e atividades culturais voltadas à valorização do babaçu como bem comum (MIQCB, 2023). Essas ações buscam ressignificar o extrativismo na ótica da juventude, mostrando que ele pode ser fonte de renda, orgulho e engajamento político.

Ao fortalecer as juventudes, o MIQCB busca contribuir, também para a autonomia feminina em longo prazo, criando pontes entre as conquistas históricas das veteranas e os projetos de futuro das gerações mais jovens. Trata-se de uma luta que articula economia solidária, agroecologia, identidade cultural e permanência no campo com dignidade — pilares centrais do desenvolvimento rural sustentável.

#### 4. Considerações Finais

A análise dos desafios da sucessão geracional entre as quebradeiras de coco babaçu revela um processo complexo e multifacetado, marcado por fatores econômicos, socioculturais e institucionais que, combinados, têm dificultado a permanência das juventudes nas comunidades extrativistas, pois o modo de vida das famílias sob a atividade da quebra de coco babaçu, precisa criar oportunidade para que os jovens se sintam atraídos e predispostos a dar continuidade a uma atividade que é desvalorizada simbolicamente e economicamente, o que exige ações de políticas públicas para alterar essa realidade, como a introdução de processos de formação e de implantação de infraestruturas capazes de tornar essa atividade distanciada do trabalho penoso e precário, além de geração de renda capaz de garantir direitos de cidadania e bem estar social, pois a falta dessas condições objetivas podem levar ao fenecimento do

extrativismo do coco babaçu, pelas quebradeiras, se garantirem um futuro de autonomia aos que desejam permanecer no território.

Os dados e reflexões apresentados, ao longo deste artigo, permitem identificar que o afastamento das juventudes está vinculado à crise estrutural no reconhecimento e no apoio às práticas tradicionais, pois a economia invisível do babaçu, a despeito de seu valor real e simbólico, para as comunidades, permanece à margem das estatísticas oficiais e das políticas de desenvolvimento rural, o que limita os horizontes de inovação e de reestruturação produtiva, afetando diretamente a percepção dos jovens sobre o extrativismo ao mesmo tempo que reforça a ideia de que essa atividade não oferece perspectivas concretas de geração de renda ou valorização social.

Além disso, mostra-se que, embora o MIQCB desempenhe um papel central na luta pelo acesso aos babaçuais e pelo reconhecimento dos direitos culturais e territoriais das quebradeiras, a sustentabilidade do movimento a longo prazo depende da renovação de sua base social, o que implica não apenas a transmissão de saberes tradicionais, mas na criação de condições institucionais e políticas que estimulem o protagonismo juvenil nos processos decisórios e produtivos das comunidades.

Dessa forma, conclui-se que a superação da crise de sucessão geracional, no extrativismo do babaçu, exige ações integradas em múltiplos níveis, principalmente de políticas públicas voltada a criação de novas oportunidades à juventude rural, como educação contextualizada, incentivo à agroindústria de base comunitária e valorização da sociobiodiversidade, a fim de reconhecer o papel estratégico da juventude, na continuidade e na reinvenção dos modos de vida tradicionais. Também é fundamental que a universidade e as instituições de pesquisa e extensão fortaleçam os vínculos com essas comunidades, promovendo o diálogo de saberes e apoiando processos de formação e inovação sociotécnica enraizados nos territórios.

Por fim, o caso das quebradeiras de coco babaçu nos convida a repensar os modelos de desenvolvimento rural vigentes, muitas vezes centrados em lógicas produtivistas e desconectadas da realidade dos povos do campo, da floresta e das águas. Valorizar o extrativismo tradicional como projeto de futuro — e não apenas como herança do passado — é reconhecer que há outras formas de habitar e produzir o mundo, fundadas na reciprocidade, na coletividade e na convivência sustentável com os bens comuns da natureza.

A partir da análise desenvolvida neste artigo, identificam-se múltiplas possibilidades de aprofundamento do tema e de atuação prática, especialmente no que se refere à promoção de políticas públicas integradas, à valorização das juventudes rurais e ao fortalecimento das cadeias extrativistas do babaçu. Nesse sentido, propõem-se os seguintes encaminhamentos:

### 1. Ações práticas e políticas públicas

- Proposição e criação de programas de formação técnica e extensão rural contextualizada, com ênfase no extrativismo do babaçu, que alie saberes tradicionais e tecnologias sociais apropriadas às realidades locais;
- Inclusão dos saberes e das histórias das quebradeiras de coco nos currículos escolares locais, como forma de valorização identitária e cultural desde a infância;
- Articulação interinstitucional entre Universidades e Institutos Federais, movimentos sociais, governos e organizações da sociedade civil para apoiar processos formativos, assessorias técnicas e políticas de reconhecimento dos territórios tradicionais.

### 2. Estudos e pesquisas futuras

- Pesquisas qualitativas com jovens das comunidades quebradeiras, a fim de compreender suas percepções sobre o trabalho extrativista, suas aspirações e os fatores que influenciam suas decisões de permanência ou afastamento;
- Análises comparativas entre regiões com e sem presença do MIQCB, para avaliar o impacto organizativo do movimento na permanência da juventude nos territórios;
- Mapeamento de políticas públicas voltadas às juventudes tradicionais, analisando sua efetividade, abrangência territorial e articulação com os movimentos sociais;
- Investigação longitudinal sobre trajetórias familiares e intergeracionais no extrativismo do babaçu, considerando os processos de aprendizado, ruptura e continuidade.

Essas ações e estudos possibilitam à construção de estratégias de fortalecimento do extrativismo do babaçu, como projeto de futuro, ampliando o protagonismo da juventude e assegurando a continuidade dos modos de vida tradicionais em contextos de profundas transformações territoriais, econômicas e culturais.

### 5. Agradecimentos

Às mulheres do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), dos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, minha mais profunda gratidão. Agradeço

pela experiência vivida, pelos conhecimentos compartilhados e pela confiança concedida. O que aqui se escreve é reflexo da escuta, com o coração aberto à aprendizagem humilde. A cada encontro, conversa, oficina ou simples gesto vocês ensinaram que o babaçu não é apenas fruto da palmeira, mas também símbolo de luta, resistência e esperança.

Portanto, esse trabalho nasce do chão que vocês pisam com firmeza, das palavras que semeiam, com coragem e saberes que carregam com generosidade, que esse artigo possa honrar suas trajetórias e contribuir, ainda que modestamente, para a continuidade dessa história coletiva tecida com força, ancestralidade e sonho.

## 6. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude rural e desenvolvimento local**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 71–93, 1997.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ACTIONAID. **Acesso à terra, território e recursos naturais: a luta das quebradeiras de coco babaçu**. Brasília: ActionAid Brasil, 2015. Disponível em: <<https://www.actionaid.org.br>> . Acesso em: 14 jun. 2025.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Trabalho, Conflitos e identidades numa terra de babaçu**. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (PÓS-AFRO), Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), Universidade Federal da Bahia (UFBA). 2007.

BARBOSA, Priscila Bezerra. **Babaçu Livre: a resistência das quebradeiras de coco no Maranhão**. 2023. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

COELHO, L. F.; COTRIM, D. S.; CANEVER, M. D. **Sucessão familiar: tendências na agricultura familiar**. In: Anais do SIEPE, Pelotas: UFPel, 2016. Disponível em: [https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2016/SA\\_03781.pdf](https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2016/SA_03781.pdf). Acesso em: 16 jun. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Mapa revela aumento da incidência de babaçuais no PI, TO, MA e PA. 2015.** Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org> > Acesso em: 24 jun. 2025.

MALUF, Renato S.; SCHNEIDER, Sergio; CARNEIRO, Maria José C. (Orgs.). **Juventudes rurais: múltiplos olhares e experiências no Brasil e na América Latina.** Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA; Brasília: FAO, 2017.

MELO, Andréa Siqueira de. **As quebradeiras de coco babaçu e os desafios do uso sustentável da floresta: a luta pela terra pós democratização do Brasil e desenvolvimento econômico.** 2022. Dissertação (Mestrado em História das Populações Amazônicas) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2022.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **As mulheres agroextrativistas do babaçu: a pobreza a serviço da preservação do meio ambiente.** Salvador: UCSAL, 2008. Disponível em: <https://ri.ucsal.br>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU – MIQCB. **Histórico do Movimento.** 2022. Disponível em: <https://miqcb.org.br>. Acesso em: 05 jun. 2025.

NETO, Joaquim Shiraishi. **Quebradeiras De Coco: “Babaçu Livre” E Reservas Extrativistas.** Veredas do Direito, Belo Horizonte, . v.14 . n.28 . p.147-166 . Janeiro/Abril de 2017. Disponível em <https://dx.doi.org/10.18623/rvd.v14i28.920>

NETO, Joaquim Shiraishi. **Leis do Babaçu Livre: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas.** Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2006. (Caderno n. 2).

NETO, Joaquim Shiraishi (org.). **Leis do babaçu livre: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas.** São Luís: MIQCB; UEMA; UFMA, 2021.

OLIVEIRA, W. M. de; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Sucessão nas fazendas familiares: problemas e desafios.** Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8358/1/td\\_2385.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8358/1/td_2385.pdf) IPEA – Texto para Discussão 2385. Acesso em: 06 jun. 2025.

PORRO, Roberto. **A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 14, n. 1, p. 169-188, jan.-abr. 2019. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000100011>>.

PORRO, R.; GUSMÃO, L. A. **Boas práticas de manejo nos babaçuais.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2021. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1155273/1/Boas-Praticas-Manejo-Babacu.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SANTOS, Ana Cláudia; MONTEIRO, Leticia; AZEVEDO, Luma. A luta das quebradeiras de coco babaçu: entre o território e o direito ao extrativismo. In: BRANCO, Lúcia (org.). **Mulheres da Terra**: gênero, agroextrativismo e direitos territoriais. São Luís: EDUFMA, 2020. p. 63–88.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SARAIVA, A. F. da S.; OLIVEIRA, N. M. de. Extrativismo do babaçu: análise dos atores locais na atividade extrativista no estado do Tocantins. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 21, n. 2, 2025. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/7772/1523/19594>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SILVA, J. M. da; PALMEIRA, M. O. **Juventude rural, sucessão e permanência no campo**: desafios e perspectivas. *Revista Campo-Território*, v. 15, n. 1, p. 41–64, 2020.

SILVA, R. A. da et al. **A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 14, n. 1, p. 11–30, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br>. . Acesso em: 24 jun. 2025.

SWERTS, Leila Affonso. **Políticas de desenvolvimento, organização do território e participação**: as quebradeiras de coco babaçu na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.